

# Perceber e conceber paisagem

Roberto Verдум

## Introdução

Apesar da ideia de paisagem estar presente desde a Antiguidade, principalmente na pintura e na arte, a incorporação deste conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade. Sendo assim, a paisagem ainda é um termo pouco usado e impreciso e, por isto mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu *bel prazer*, anexando um qualitativo que altera seu sentido (Rougerie e Beroutchachvili, 1991; Bolós, 1992; Roger, 1995).

Para o senso geral das pessoas, o termo paisagem sugere duas maneiras distintas para ser entendido: a *objetiva* e a de *representação*. A ideia de que paisagem é baseada naquilo de que a visão alcança – *escala espacial* – faz com que se construa sua noção como um mosaico, mais ou menos ordenado de formas e cores (Berque, 1995; Deffontaines, 1998 e Maciel, 2001).

Ao nos transferir no tempo (*escala temporal*), notamos que o mesmo recorte espacial dado pela visão se altera, isto é, a paisagem é dotada de uma dinâmica. Todos os elementos que compõem esta dinâmica podem ser objetos de estudo, tanto em conjunto como isolados; no entanto, esta dinâmica sugere uma *estrutura* e um *funcionamento* essencialmente únicos, características que dariam a cada paisagem seu caráter específico (Bertrand, 1995).

Na ciência a concepção de paisagem tem se diferenciado no tempo, tais como as associações desta com os termos: país (do latim *pagus*), lugar, unidade territorial, porção da superfície da terra firme, etc. No limiar da sua elaboração como referencial de expressão artística e de análise das relações entre sociedade e natureza, duas construções lógicas são apresentadas na sua definição:

a) como *imagem* que representa a vista de um recorte espacial, expressa na arte produzida a partir do séc. XVII, com significado pictórico/subjetivo, na busca de expressar elementos associados à natureza e a vida do cotidiano da(s) sociedade(s) humana(s); neste sentido a paisagem seria a soma de muitos olhares e não só de um ponto de vista, como no caso do artista que a produziu;

b) como *porção da superfície terrestre*, em seu conjunto, sendo o produto de uma área modificada pelas forças geológicas/geomorfológicas, com significado objetivo, na busca de compreender a origem da forma, da estrutura e da funcionalidade associadas a um número específico de elementos da natureza.

A partir do século XIX, quando a Geografia constrói seu referencial como ciência, a paisagem é concebida como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre. Os geógrafos passam a analisar os elementos que compõem a paisagem, em função da sua *forma e magnitude* e, assim, obter uma classificação das paisagens. Portanto, é de fundamental importância, neste tipo de procedimento, que a paisagem seja considerada como o conjunto dos elementos da natureza capazes de serem observados a partir de um ponto de referência. Além disso, na leitura da paisagem seria possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza.

As questões e dúvidas desta maneira de conceber a paisagem surgem pelas dificuldades de se tratar as *heterogeneidades e homogeneidades* em relação à escala e pela complexidade das formas da superfície terrestre. Humboldt (1874 *apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), apresenta as ideias fundamentais para a compreensão da paisagem, principalmente de que as relações entre os elementos da natureza, enlaçados entre si, formam um todo animado por determinadas forças, quase como um “*organismo vivo*”. Assim, era fundamental considerar a natureza como uma troca contínua de formas e movimentos cíclicos, periódicos e em intervalos desiguais que conduzem a uma constante renovação de formas e funcionamentos. Neste sentido, ele propunha as bases para o estudo da paisagem a partir de dois pressupostos: a) a aplicação do método racional empírico, fundamentado na experimentação; e b) a busca das leis gerais de funcionamento da natureza.

Na busca pela compreensão da complexidade da natureza e da existência de *unidade* em determinadas porções da superfície terrestre, Richthofen (*apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, explica-as pela interconexão de três esferas: a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera, sendo que desta resultaria a própria origem e a dinâmica da biosfera.

Já Smuts (*apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, afirma que o universo, a natureza, e também suas partes constituintes tendem a gerar *unidades* que forma um todo (*holos*, grego: todo). A natureza seria composta pela matéria inerte, viva e pensante (ser humano). Estas matérias não são o resultado da soma de seus elementos, mas estes são interconectados e estruturados de uma determinada maneira.

A natureza tende a ser vista como um conjunto, ela teria dimensões capazes de serem diferenciadas, sendo que, também, teria nos *recortes espaciais*

(*unidades*) uma complexidade crescente. Assim, essas unidades integradas não são a soma de seus componentes; são relativamente *homogêneas*, permitindo estabelecer um sistema de *classificação taxonômica* (níveis de hierarquização); são *discretas*, isto é, apresentam a possibilidade de serem delimitadas; apresentam uma *dinâmica*, pelos processos de intercâmbio e transformação da matéria e energia; apresentam uma *estrutura* relacionada com o seu funcionamento, que varia através do tempo; apresentam seu *desenvolvimento próprio* que leva cada unidade a experimentar transformações em sua própria estrutura.

Na segunda metade do século XX inicia-se a popularização da problemática da degradação e da conservação da natureza, já identificada pelos estudos científicos que focalizavam as relações da natureza com a(s) sociedade(s) humana(s). Nesta perspectiva, os estudos da paisagem crescem com o surgimento de novas formulações conceituais advindas da Ecologia (Haeckel (1834-1919) *apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991). Nestas são elaborados os conceitos chave de *sistema* (conjunto formado por indivíduos de várias espécies) e *ecossistema* (um sistema formado por organismos vivos, com um determinado nível de organização), assim como a concepção de modelo que levam em conta os referenciais de uma delimitação espacial e temporal, como unidades de paisagem.

Neste sentido, as contribuições postuladas pelos geógrafos e ecólogos buscam conceber os níveis de organização de partes e do todo da superfície terrestre, por consequência, as ideias de integração e totalidade dos elementos da natureza e a sua inter-relação com as dinâmicas da sociedade humana.

## **Roteiro metodológico para realizar a leitura da paisagem**

Quanto ao método de análise da paisagem podem-se adotar três possibilidades de encaminhamento: a *descritiva*, a *sistêmica* e a *perceptiva* (Berque, 1995; Bertrand, 1995; Fontoura e outros, 2003; Verdum e outros, 2006 e 2007).

A *paisagem descritiva* tem como base a descrição, e para a apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das *formas*. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem.

A *paisagem sistêmica* sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões. O relacionamento e a análise que separam os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas, etc., não permitem,

no entanto, dominar o conjunto. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (*forma*), constitucional (*estrutura*) e a *funcionalidade*, que não pode ser reduzida em partes.

A *paisagem perceptiva* é concebida como uma *marca* e uma *matriz*. Como *marca*, a paisagem pode e deve ser descritiva e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. A paisagem é *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação destas coisas, as imagens. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, nossa consciência, experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e olhares, mas estes olhares estão concebidos a partir de uma matriz cultural, do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana.

Para se estabelecer os *indicadores de percepção da paisagem* propõe-se a questão geral seguinte:

Como reconhecer os elementos que estruturam uma paisagem e como entender a relação desses com novos elementos que são a ela integrados, nas escalas espacial e temporal?

A proposta de caracterizar um espaço geográfico qualquer a partir da categoria de análise espacial (*paisagem*) pressupõe a concepção de poder caracterizar este espaço pela utilização de um referencial que possa auxiliar na compreensão das diferentes Unidades de Paisagem (UPs) que a compõem (Verdum e outros, 2006). Neste sentido, é fundamental definir que as diferenças entre as UPs, estão referenciadas, essencialmente, em quadro critérios: a *forma*, a *função*, a *estrutura* e a *dinâmica*.

A *forma* é o aspecto visível de uma determinada paisagem, é referenciada por aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo, pelos registros fotográficos e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença d'água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras. Cada forma possui diferenças, tanto do ponto de vista de suas dinâmicas como, também, da possibilidade de apropriação e uso social, isto é, a sua *função*.

Sendo assim, a *função* pode ser compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que estão materializadas nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas,

atividades mineradoras...), e que também são reconhecidas em campo e pelos produtos do sensoriamento remoto, pelas diferenciações que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem, onde não ocorrem as diversas formas criadas socialmente.

A *estrutura* é outro critério que não pode ser dissociado da forma e da função, sendo esta reconhecida como a que revela os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, a estrutura revela a natureza social e econômica dos espaços construídos e, que de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais.

A *dinâmica* é a ação contínua que se desenvolve gerando diferenças entre as UPs, no que se refere aos resultados dessas dinâmicas, no tempo, na sua continuidade e na sua mudança. O tempo (geológico e histórico) revela o movimento do passado ao presente e este em direção ao futuro dessa paisagem. Neste caso, as dinâmicas de cada UPs revelam para a sociedade significados que podem ser reconhecidos pelas formas e podem ser pensados em termos de intervenções que já foram realizadas, assim como aquelas que serão propostas. Neste sentido, é fundamental o reconhecimento das diversas dinâmicas em cada uma das UPs, assim como de que maneira estas estão diretamente conectadas.

Para alcançar os objetivos de *leitura da paisagem* propõe-se a metodologia a partir de dois níveis de análise:

- da observação e diferenciação da paisagem
- da escala temporal

### **Nível de observação e diferenciação**

Neste nível de análise deve-se considerar a *subjetividade*, que pode ser tanto *individual* como *coletiva*, pelo referencial cultural de determinada comunidade.

A observação e a diferenciação *espacial* (*forma e estrutura*) podem ser reconhecidas por *elementos distintos da paisagem*, tais como: o relevo, a cobertura vegetal, a disposição das rochas, dos solos, dos cursos e corpos d'água, etc.

A *apropriação* e o *uso* (*funcionalidade*) podem ser observados e diferenciados pelas transformações na paisagem pelo trabalho e pelas técnicas utilizadas – sendo assim, a paisagem também é um produto social.

A partir desses níveis de análise da paisagem pode-se propor que a concepção de paisagem assume significados distintos, isto é, têm-se *padrões paisagísticos locais e identidades locais*.

## **Nível de escala temporal**

Neste nível de análise deve-se considerar a noção de dois tempos distintos: o geológico e o histórico. Em relação ao tempo histórico, deve-se ter como referência que uma paisagem passa a ser incorporada e fazer parte da *identidade individual e coletiva* em torno de *25 anos* (uma geração) (Berque, 1995; Verdum e outros, 2007).

## **Propostas de técnicas de avaliação sensorial**

Para a avaliação sensorial e para se estabelecer os *indicadores visuais*, propõem-se as seguintes etapas metodológicas:

- Analisar a paisagem pela sua *globalidade* ou pela sua *decomposição em unidades* que são definidas por limites naturais – *elementos* (*planície, coxilha, cerro, serra – vale, encosta, topo; floresta, banhado...*); neste sentido propõe uma avaliação global do conjunto da paisagem (primeira impressão) e/ou de seus elementos constituintes (modulações da percepção inicial - atratividade) a partir das experiências vividas.
- Conhecer entre esses *elementos* da paisagem aqueles que são marcantes, referências e valorizados; que realmente determinam a *reação estética*; deve-se levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.
- Reconhecer que esses elementos evoluem/modificam com o tempo.

Esse método permite elaborar a expressão cartográfica das representações mentais da paisagem percebida nos locais de análise, onde constam os elementos da paisagem passíveis de serem identificados como de referência individual e/ou coletiva.

## **Sugestões para o desenvolvimento do método**

1) Realizar o levantamento das *paisagens de interesse estético e de patrimônio histórico*, assim como elaborar uma reflexão sobre a possível *paisagem do futuro*, dando uma ideia da dimensão escalar de novos elementos que poderão ser inseridos e que não são (re)conhecidos pela maioria das pessoas. Neste sentido, se podem ter mudanças na forma da paisagem, na sua funcionalidade e, também, em termos de restrições e cuidados quando das possíveis alterações nas mesmas.

2) Para a realização das entrevistas que devem ser feitas com o *instrumento de pesquisa da percepção da paisagem e dos limitantes e potencialidades: locais/regionais* propõe-se o seguinte roteiro:

- o público alvo a ser entrevistado deve ser de *residentes*, do meio rural e urbano: preferencialmente, produtores rurais, educadores, técnicos agrícolas, administradores e técnicos de órgãos públicos e comerciantes; como também de *ocasionais*, isto é, pessoas que transitam pela(s) área(s) de interesse, tais como representantes comerciais e de serviços e turistas;
- a análise da paisagem deve ser realizada na sua *globalidade*, na visão geral que os entrevistados têm do *que é paisagem* e de que forma ele a descreve, como também na decomposição de *elementos* da paisagem que são aqueles de referência para ele, a partir das suas experiências vividas e que privilegiam seu grau de satisfação;
- para qualificar as *paisagens* ou os seus *elementos de referência*, segundo os entrevistados, propõe-se que seja adotada uma *escala* que varie de um a cinco, sendo que o menor valor corresponde às paisagens menos importantes e o maior valor àquelas de grande importância para eles;
- se deve reconhecer que as paisagens se modificam com o *tempo*, assim propõe-se como importante resgatar pelas entrevistas as *paisagens do passado*, aquelas do *presente* e aquelas do *futuro* que serão construídas.

Finalizando, vale salientar que estudar a relação natureza e sociedade tendo como categoria de análise a paisagem é de extrema importância, pois através dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. Ela é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Neste sentido, a paisagem mostra a história da comunidade de um determinado lugar, e que necessita sempre estar sendo discutida e registrada.

## Referências

BERQUE, August in. *Les raisons du paysage – de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Editions Hazan, 1995. 190 p.

BERTRAND, George. Le paysage entre la nature et la société. In: ROGER, Alain (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. 464 p.

BOLÓS, MARIA (Org.). *Manual de Ciencia del paisaje – teorías, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Ed. Masson S. A., 1992. 273p. (Colección de Geografía).

DEFFONTAINES, Jean-Pierre. *Les sentiers d'un Géoagronome*. Paris: Éditions Arguments, 1998.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; VERDUM, Roberto; SILVEIRA, Camila Thomaz. Análise de sistemas de produção e leitura da paisagem. *Revista GeoUerj*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-6, 2003.

MACIEL, Caio Augusto Amorim Maciel. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. *Revista Geographia*, Niterói, ano 3, n. 6, p. 99-117, 2001.

ROGER, Alain (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. 464 p.

ROUGERIE, Gabriel; BEROUTCHACHVILI, Nicolas. *Géosystèmes et Paysages: bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991. 302 p.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; CABRALES, Rene. Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul. In: *XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão Territorial*. v. 1. Natal: Departamento de Geografia/CCHLA/UFRN, 2007. p. 1-20.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; SILVEIRA, Camila Thomaz da. Unidades de paisagem do Parque Estadual de Itapeva – RS. *Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia, Regional Conference on Geomorphology*. Goiânia: União da Geomorfologia Brasileira (UGB), 2006. v. 2. p. 1-11.